







“A gente se uniu pela dor”: coletivos de mães e práticas de (re)existência frente à violência do Estado no Ceará

“We came together through pain”: mothers’ collectives and practices of (re)existence in response to state violence in Ceará

Jéssica Silva Rodrigues^a, João Paulo Pereira Barros^b,
Carla Jéssica de Araújo Gomes^c, Levi de Freitas Costa Araújo^d,
Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala^e,
Antonio Caio Renan Silva Penha^f

Resumo Este artigo objetiva refletir de que maneira a atuação em coletivos sociais opera como dispositivo de re-existência frente à violência do Estado. Trata-se de uma pesquisa-inter(in)venção realizada junto a mulheres integrantes de coletivos políticos organizados do Ceará, mais especificamente o “Mães do Curió” e o “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. Durante a pesquisa, além da participação em mobilizações sociais desses coletivos, houve a entrevista de três mulheres. Dialogando com autoras e autores da Psicologia Social e pensadoras feministas, principalmente com viés interseccional e/ou de(s)colonial, na seção de resultados é evidenciado como a atuação em coletivos políticos age como um dispositivo de apoio psicossocial para essas mães, que, no caso dos coletivos acompanhados, tiveram seus filhos encarcerados ou assassinados pelo Estado, possibilitando a elas uma outra forma de lidar com suas dores e seus lutos.

Palavras-chave Luta. Movimentos sociais. Feminismos. Resistência. Violência.

Abstract *The aim of this article is to reflect on how action in social collectives operates as a device for re-existence in the face of state violence. It is an inter(in)vention research carried out with women members of organized political collectives in Ceará, specifically “Mães do Curió” and “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. During the research, in addition to taking part in social mobilizations by these collectives, three women were interviewed. Dialoguing with authors of social psychology and feminist*

a Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com

b Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

c Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com

d Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: leviprofpsi24@gmail.com

e Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: anaboutala@alu.ufc.br

f Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: caioerenan.sp@gmail.com

thinkers, especially those with an intersectional and/or de(s)colonial bias, the results section shows how taking part in political collectives acts as a psychosocial support device for these mothers, who in the case of the collectives monitored had their children murdered or imprisoned by the state, enabling them to deal with their pain and grief in another way.

Keywords *struggle. Social movements. Feminisms. Resistance. Violence.*

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva refletir de que maneira a atuação de coletivos sociais de mães no Nordeste brasileiro opera como dispositivo de re-existência frente à violência do Estado. Ao abordarmos violência do Estado, estamos nos referindo especificamente a práticas como torturas, homicídios e chacinas provocadas por agentes estatais no exercício de suas funções (Assis, Barros, 2022). Em específico, pretende-se discutir como coletivos de mães que tiveram seus filhos encarcerados ou assassinados ativam práticas de apoio psicossocial e organização de luta política de mulheres periféricas. Este texto se trata de um desdobramento de uma pesquisa de dissertação, vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), que se voltou a analisar as implicações psicossociais dos homicídios de jovens na trajetória e no cotidiano de suas mães (Rodrigues, 2019). O estudo foi realizado no Ceará e está amparado teoricamente em autores(as) da Psicologia Social em diálogo com pensadoras feministas, principalmente com viés interseccional ou decolonial.

Acerca da articulação teórica, vale ressaltar que a dimensão psicossocial destaca os múltiplos aspectos e processos coletivos que produzem subjetividades em contextos de violência (Almeida-Segundo *et al.*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022). O campo dos feminismos é escolhido aqui por sua potencialidade em analisar e intervir a partir do lugar e dos saberes das mulheres (Gonzaga, Mayorga, 2019; Sousa, Nunes, Barros, 2020). A aposta no viés decolonial se dá por este possibilitar analisar a luta de mães brasileiras contra a violência estatal e a marginalização das juventudes periféricas, revelando a continuidade das práticas coloniais de controle, segregação e aniquilamento (Gonzaga, Mayorga, 2019). Por último, o viés interseccional é crucial para compreender e combater as múltiplas formas de opressão enfrentadas por essas mães, que são mulheres, majoritariamente pobres e negras, cujas vidas são marcadas por diversas violências (Akotirene, 2019).

A pesquisa acompanhou as atuações de dois movimentos de mães: “Mães do Curió” e “Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional”. O coletivo “Mães do Curió” surgiu após o episódio conhecido como “Chacina do Curió”, que aconteceu em

novembro de 2015, com a participação de agentes de segurança pública, deixando 7 feridos e 11 mortos, em sua maioria jovens. Já o coletivo "Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional" reúne mães e familiares de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade na cidade ou de pessoas em cumprimento de pena no sistema prisional.

O surgimento desses coletivos se relaciona com as respostas que o Estado tem dado às transformações das dinâmicas da violência em Fortaleza, que, em 2014, se destacou como o município que mais matou adolescentes (Melo, Cano, 2017), apresentando Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) de 10,94, taxa três vezes maior que a média do país. Soma-se a esse cenário a crescente frequência de chacinas no Ceará desde 2015, que têm sido emblemas da intensificação e banalização da morte de jovens, principalmente pretos e pobres (Paiva, Barros, Cavalcante, 2019).

Abolida há apenas 136 anos, a instituição escravocrata fez parte do cotidiano brasileiro e guarda traços de continuidade na contemporaneidade. Tendo sido o último país da América a abolir a escravidão, o Brasil passou quase quatro séculos assumindo como um de seus pilares sociais a desumanização e objetificação brutal de corpos negros. Portanto, não se pode negar os efeitos dessa tão longa estrutura nos modos de subjetivação brasileiros, sobretudo na consideração do legado deletério deixado pelo dispositivo colonial/escravocrata.

Os modos de subjetivação são constantemente atravessados e reconfigurados a partir de marcadores interseccionais da diferença, que distribuem sobrecodificações para determinadas corporeidades a partir de agenciamentos entre diferentes regimes de enunciação, como os discursos raciais, patriarcais e heteronormativos. As vivências de sofrimento das mães que perderam seus filhos para a violência, seja ela urbana, seja institucional, não pode ser considerada apartada de toda uma dimensão traumática que a colonialidade reatualiza a partir de dispositivos necropolíticos.

Passos (2023), ao abordar a saúde mental de mulheres negras, sobretudo com as políticas de genocídio empreendidas pelo Estado, aponta que a constituição da desumanização da população negra reflete tanto na execução das mortes de jovens negros e periféricos como no silenciamento, na naturalização e no impedimento de uma elaboração narrativa de suas mães e familiares. A autora atribui a esse fenômeno uma relação de continuidade com os processos de desumanização da mulher negra que remontam à escravidão. Para a mulher escravizada, a maternidade e humanidade eram constantemente negadas, ela não era vista nem como a mãe de seus filhos nem como mulher, somente podia alcançar esse lugar simbólico

na sociedade a partir do papel da “mãe preta”, ou seja, do direcionamento de seu cuidado, afeto e amor aos filhos brancos das senhoras de engenho. Passos denomina esse processo de negação das relações de parentesco entre as maternidades negras e seu direcionamento à preservação do trabalho reprodutivo branco de “colonialidade do cuidado”.

Tal contexto de negação da maternidade negra e periférica ganha novos contornos na contemporaneidade, à medida que o projeto de destruição das formas coletivas de cuidado, afeto e parentesco africanas se reatualiza nas políticas de silenciamento, naturalização e banalização das mortes de seus filhos pela necropolítica (Mbembe, 2018). A maternidade dessas mulheres é negada pelos mesmos processos de desumanização aos quais se recorre quando o direito à memória de seus filhos é negado por atribuições de periculosidade. São as mães de “vagabundos”, portanto, suas dores não devem ser escutadas, e a morte de seus filhos é recebida como um triunfo da ordem e justiça. Assim sendo, denunciar e desconstruir os discursos e dispositivos que produzem a morte tanto das juventudes como de suas mães, além de compreender as mobilizações políticas que estas estabelecem, é fundamental para desnaturalizar aquilo que Passos (2023) denomina de produção do aniquilamento da população negra. Nesse sentido, os coletivos formados exemplificam a resistência a essa política de extermínio, buscando memória e justiça (Assis, Barros, 2022).

Nas trajetórias dessas mulheres, não são incomuns relatos de práticas excludentes, discriminatórias e violentas engendradas pelo racismo em suas vidas, que acabam compulsoriamente as destinando a posições de inferioridade e subalternidade (Costa *et al.*, 2024). Assim, mostra-se como relevante a produção de estudos que viabilizem narrativas de experiências coletivas, tendo tais grupos como formas possíveis de germinar existências e re-existências (Adrião *et al.*, 2023) em contextos em que a dor da perda torna-se sinônimo não só de luta, mas também de aquilombamento. Como destaca Nascimento (2021), o quilombo é, antes de mais nada, uma maneira de resistir e de afirmar a identidade, é uma forma de luta e de negação da opressão. Viabilizar uma análise interseccional da luta das mães de jovens encarcerados e assassinados é fundamental para que sejam efetuadas políticas públicas voltadas a uma memória mais eficiente, bem como para que essas mulheres construam entre si coalizões políticas na luta pelos seus direitos.

Tendo em vista os objetivos explicitados, este artigo pode colaborar com o campo de estudos sobre mulheres e lutas políticas na América Latina ao fornecer perspectivas analíticas a partir de resultados empíricos situados no Nordeste brasileiro que permitem a potencialização de compreensões sobre a atuação política e psicossocial de coletivos de mães entre o luto e a luta frente à violência de

Estado. Além disso, aponta-se para a singularidade e potência dos processos de luta analisados neste estudo uma vez que criam um comum entre movimentos que se insurgem contra questões diferentes, um deles emerge contra a violência letal do Estado, o outro luta pela descriminalização. Destaca-se que a união dos movimentos se deu como uma estratégia política de luta, tomando como aproximações as pautas contra a violência estatal em suas diferentes expressões.

Dessa forma, esse campo de estudos pode colaborar com a elucidação de como a aliança de mães consiste em formas de enfrentamento e resistência à rede de violências engendradas pelas expressões necropolíticas (Barros *et al.*, 2019) das maquinarias coloniais, racistas e patriarcais que operam no Brasil.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

O presente estudo possui natureza qualitativa e se orientou a partir da perspectiva da pesquisa-inter(in)venção (Costa, Moura Júnior, Barros, 2020) à luz do método da cartografia. Trata-se de um tipo de pesquisa participativa que possibilita um modo engajado de articulação com o campo, uma vez que está voltado à imersão e compreensão dos modos de subjetivação que operam em dado coletivo, grupo ou instituição. Logo, destaca-se a processualidade da construção da pesquisa à medida que se compartilham experiências cotidianas com o grupo, compondo com as práticas e construções estabelecidas no coletivo. Neste estudo, o caráter inter(in)ventivo se deu pela criação de estratégias junto às mulheres para a construção da agenda de lutas políticas como articulação junto a outros movimentos sociais, articulação de transporte e materiais (faixas com escritos, folders, dentre outros) a serem utilizados nas mobilizações. Busca-se fugir dos paradigmas cientificistas tradicionais, intervindo criativamente para invenção de novas sociabilidades e possibilidades de vida.

A escolha por este método se justifica por possibilitar a análise coletiva das forças que permitem a criação de dispositivos de re-existência frente à violência do Estado, que encarcera e ceifa a vida das juventudes negras e periféricas. Além disso, considerando o seu caráter inter(in)ventivo, a escolha desta metodologia também deriva da aposta ética, estética e política de compor as lutas engendradas por essas mulheres, e, nesse movimento, inventar coletivamente outros mundos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará sob o parecer 89196718.7.0000.5054, tendo seguido os aspectos dispostos nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

CENÁRIO DE PESQUISA

O estudo foi realizado em Fortaleza. A capital se mostra relevante por ser marcada por índices alarmantes de homicídios, além de apresentar um contexto geral de insegurança à integridade física e à vida dos segmentos juvenis, conforme mostram relatórios como o Atlas da Violência (Cerqueira *et al.*, 2017) e o relatório Cada Vida Importa (CCPHA, 2019), publicados no período de realização da pesquisa. Tais relatórios apontam elevadas taxas de homicídios na cidade de Fortaleza, sobretudo nas periferias, entre os segmentos juvenis negros e pobres. Esses territórios, dentre os quais os habitados pela pesquisa, são marcados não só por um histórico de lutas e resistências políticas, mas também por processos de vulnerabilização, precariedade no acesso a direitos e violência, refletindo procedimentos de instrumentalização da morte comuns a outros contextos periféricos locais e nacionais.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E PARTICIPANTES

Inspirados pela perspectiva da pesquisa-inter(in)venção, foram adotadas duas estratégias metodológicas: 1) Composição das mobilizações sociais articuladas pelos coletivos de mães e outros movimentos sociais da cidade, sendo as principais o novembro de lutas¹ e o lançamento do filme “Nossos Mortos Têm Voz”². Destaca-se, aqui, a inter(in)ventividade, uma vez que essas ações foram desenhadas nas trocas conjuntas, constituindo a intervenção e a criação coletiva das lutas. Estes momentos foram registrados por meio de diários de campo (Medrado, Spink, Mélo, 2014); 2) Realização de entrevistas semiestruturadas com integrantes desses coletivos. Sobre as entrevistas, estas tiveram duração média de 1 a 2 horas e possuíram um roteiro básico que objetivava explorar questões relacionadas ao cotidiano das mães após a morte de seus filhos e à entrada em coletivos políticos. A entrevista na pesquisa inter(in)venção é inspirada pelo uso cartográfico dessa ferramenta, que toma por foco de análise a experiência do dizer e não o dizer da experiência (Tedesco, Sade, Caliman, 2013). Em outros termos, a entrevista opera como uma intervenção possível que tem como potência a ruptura com os processos de silenciamento à medida que cria possibilidades de tornar dizível as dores das mães.

- 1 Período de intensa movimentação social e política, em que diversos grupos, movimentos e coletivos se unem, organizando atividades com o objetivo de denunciar e construir resistências às violências direcionadas às periferias. Durante 2018, uma das pesquisadoras compôs mais especificamente a comissão de exposição, na qual se dedicou à criação de uma mostra itinerante sobre as maiores chacinas do Ceará, reunindo áudios de familiares sobre os jovens assassinados e coletando materiais para a montagem do cenário da exposição.
- 2 Documentário lançado como uma das atividades da I Semana Cada Vida Importa, criada em alusão à Chacina do Curió e pertencente ao movimento do novembro de lutas. O documentário conta com depoimentos de mães e familiares vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

No que tange às participantes, a pesquisa contou com a colaboração de mulheres vinculadas aos coletivos ‘Mães do Curió’ e ‘Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará’³. Ao todo, três mulheres foram entrevistadas, sendo elas Luiza, Felipa e Adelina⁴. Na tabela a seguir, têm-se uma pequena descrição de quem são essas mulheres e dos coletivos que compunham à época.

Tabela 1. Participantes da pesquisa

Nome	Coletivo	Apresentação
Luiza	Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional	Possuía, durante a realização da pesquisa, 63 anos. Casada há mais de 40 anos – o marido faz uso abusivo de álcool. Aproximou-se do coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional quando o seu neto, criado como filho, foi apreendido. Na época da entrevista, ele já havia falecido há 10 meses.
Felipa	Mães do Curió	No período de realização da entrevista, possuía 47 anos e trabalhava como cozinheira. Teve dois filhos, sendo um deles assassinado com 17 anos, em 2015, na Chacina do Curió.
Adelina	Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional	Natural do Maranhão, possuía 43 anos no período de realização da pesquisa. Quando seu filho mais novo foi apreendido, aproximou-se do Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional. Quando ele terminou de cumprir a medida socioeducativa, ela organizou sua estadia em outro estado para evitar a morte dele. No entanto, foi surpreendida pelo assassinato de seu outro filho, que morava com ela e não estava envolvido em atividades ilícitas. O jovem foi morto em 2018 por não respeitar os limites territoriais impostos por facções na área em que viviam.

Fonte: Elaboração própria

MÉTODO DE ANÁLISE

Para a análise do corpus da pesquisa, empreendeu-se a análise cartográfica. Os dados, em uma perspectiva cartográfica, aparecem enquanto uma produção dos agenciamentos de um plano de forças que se dá a partir da inserção da pesquisadora

3 Na pesquisa de dissertação, também participaram mães não atuantes em coletivos políticos, mas que tiveram seus filhos assassinados.

4 Os nomes são fictícios para preservar o anonimato das participantes.

ou do pesquisador no campo. Não se tratam, pois, de uma verdade exposta, pronta para ser descoberta, no campo, sendo muito mais um efeito do ato de pesquisar (Passos, Kastrup, Tedesco, 2016), o qual permite evidenciar analisadores daquele contexto. Os analisadores podem ser eventos, discursos, cenas, indivíduos, práticas ou dispositivos, desde que destaquem as contradições de um contexto, desmantelando o que antes era visto como uma totalidade única e uniforme.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção de resultados e discussão enfocará como os coletivos de mães funcionam, na perspectiva de suas integrantes, como apoio psicossocial frente à violência de Estado e na transformação de processos de luto em práticas de luta política. Para isto, está dividida em duas subseções, a saber: 1) “O grupo é muito importante nesse apoio”: Grupo como Dispositivo de Apoio Psicossocial; 2) “Estamos saindo da nossa zona de conforto pelo sangue de nossos filhos”: deslocamentos do “luto à luta”.

“O GRUPO É MUITO IMPORTANTE NESSE APOIO”: GRUPO COMO DISPOSITIVO DE APOIO PSICOSSOCIAL

O coletivo “Mães do Curió” mantém uma página no Facebook e um perfil no Instagram, nas quais compartilha suas demandas, suas dores do luto e seu engajamento em atos, mobilizações e articulações políticas. Como uma das integrantes mencionou durante a I Semana Cada Vida Importa, realizada em novembro de 2018, o movimento tem “duas lutas: uma por justiça e outra pelos que estão vivos” (Diário de Campo, 2018). Felipa, umas das mães do Curió, narra como se iniciou o grupo:

Quem começou ir pras ruas foi a [nome de uma das mães] e a [nome de uma das mães], mais o marido dela, mas o grupo, ele iniciou através da minha luta, né, que eu fui pras ruas depois, e cheguei pras mães e disse, “gente, vamo fazer o grupo das mães do Curió, não vamos mais usar só as blusas dos meninos, porque aí a gente fica, é cada uma lutando pelo seu filho e não dá certo, então vamos formar o grupo das mães do Curió, né” (...) aos pouco, é... o grupo foi tomando corpo, certo, aos pouco ele foi tomando corpo, ele foi se gerando, ele foi sendo criado, gerado e hoje existe o grupo das mães do Curió, né? Porque aí, hoje não é mais só a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), a mãe do (nome de um dos jovens assassinados),

a mãe do (nome de um dos jovens assassinados), não. Hoje é as mães do Curió, porque nós estamos lutando (...) (Felipa, 2018).

Já o coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional, segundo Adelina, luta contra violações de direitos desses jovens nos contextos de privação de liberdade e fornece apoio afetivo às mães e aos outros familiares que vivenciam sofrimentos em relação ao envolvimento dos filhos com atos ilícitos:

E, assim, eu conheci as meninas, as mães, numa mobilização que elas fizeram (...) nesse dia eu tava muito mal, eu e ele [o filho], porque a gente chorava assim mesmo, descontrolado. E, quando as meninas chegaram [nome de uma das mães], me convidou, "a gente tem esse grupo de mães, e vamos nos apoiar", e me explicou tudo, e foi quando eu comecei a ir, (...) na primeira reunião que eu fui, eu me senti muito bem e decidi que eu ia abraçar a causa, independente de eu ter um filho no socioeducativo ou não. E aí eu ainda participo, às vezes eu tô bem, às vezes eu tô mal (Adelina, 2018).

Além do apoio emocional, os grupos também oferecem orientações sobre os direitos dos familiares e jovens, destacando a importância da união na luta contra as violências dirigidas à juventude:

Sem saber pra onde correr, aí corri e fui pro grupo, eu vou já falar daquela mulher que me botou aqui, aí falei com a [nome da pessoa que a ajudou], o que que eu fazia com meu filho, isso assim, assim, "vá lá no AJA, procure o defensor público e vá no Conselho tutelar", foi quando ela me orientou, aí foi quando eu fui aprendendo a ir na porta certa, né? Aonde tinha gente, mais do que aqueles inseto lá de dentro pra resolver (Luiza, 2018).

Algumas mães, como Adelina e Luiza, já estavam inseridas nos coletivos, quando tiveram seus filhos assassinados após eles terem cumprido a medida. Elas encontraram no grupo uma valiosa rede de apoio para lidar com essas perdas. Esses coletivos, além de oferecer suporte às mães e familiares, lutam por melhores condições no sistema socioeducativo, enfrentando a política de desumanização de seus filhos. Como é possível notar, a participação de Adelina no grupo ocorreu quando seu filho começou a sofrer a desumanização imposta por esse sistema, um processo que ela vê como macroestrutural:

Quando eu conheci o grupo de mães, né, foi nesse período, as mães do socioeducativo⁵, então eu me engajei nessa luta, porque a gente... eu vi isso também, é... os meninos que ficam lá, ociosos, que, na realidade, não é só ele [em relação a seu filho], é todo o sistema carcerário, tanto faz o de adolescente como o de adulto, são pessoas que ficam ociosas. É tipo assim, coloca um curso ali, no socioeducativo, que é onde eu tenho mais conhecimento, pra mim, é uma fachada! É só pra dizer, pra enganar a sociedade, pra enganar as mães que tá colocando alguma coisa, porque aquele curso ali não vai 1 mês, 2 meses, e só é pra alguns jovens (...) (Adelina, 2018).

É importante ressaltar que a formação de grupos de mães de jovens assassinados como forma de apoio e luta ocorre em várias cidades, estados e países, criando uma rede mais ampla de suporte e resistência a partir das dores compartilhadas. A participação de mães nesses coletivos surge como uma maneira de organizar suas dores e de lutar contra os silenciamentos impostos, um modo de dar sentido ao que não tem sentido (Assis, Barros, 2022), e a dor serve como um elo entre essas mulheres e suas formas de socialização. Esses autores também observam que a coletivização das dores dessas mulheres, atuando em contextos políticos, é uma maneira de lidar com o luto. O processo de politização das dores leva essas mulheres a levantarem questões como a invisibilidade das mortes de seus filhos, relacionando-as a problemas sociais de exclusão devido à classe social, à raça e ao território.

As mortes abruptas dos filhos levam à intensa transformação nos modos de viver das mães e dos demais familiares. Os grupos, nesses casos, atuam como um importante dispositivo de fortalecimento das mulheres e de apoio psicossocial à medida que são espaços de partilha dos sofrimentos e suporte mútuo. Assinalar a atuação dos grupos como dispositivo de apoio psicossocial requer que os pensemos a partir de diferentes eixos, compreendendo de que forma eles se entrecruzam e produzem apoio para essas mulheres. É a partir de lugares de opressão e sujeição às inúmeras violências que surge, sobretudo nas experiências de aquilombamento, o imperativo das práticas de cuidado, de cura e do amor próprio como formas de resistir às violações e aos silenciamentos aos quais mulheres são submetidas (Costa *et al.*, 2024).

Para Luiza, o grupo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional surgiu como um apoio “quando eu achei que ninguém ia me ajudar”. É pelo grupo, ao esta-

5 Primeiro nome dado ao coletivo Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional.

belecerem alianças que se dão através do reconhecimento de suas condições de precariedade umas nas outras, que as mães se fortalecem. Dessa forma, pode-se perceber que os grupos atuam como dispositivos de desindividualização do sofrimento, à medida que possibilitam a coletivização dos efeitos da violência sofrida por essas mulheres, além de comporem um espaço de trocas afetivas:

Aonde eu ainda tenho assim esse apoio, que me dá força, que me alevanta com as palavra, essas mulher aí, guerreiras desse grupo, e esse povo do CEDECA⁶ (...). Primeiro Deus, segundo, Deus colocou esse povo na minha vida (...). Que tem ajudado muito! E espiritualmente, fisicamente, moralmente, demais (Luiza, 2018).

Contrariando uma lógica individualizante, que é o modo hegemônico de perceber as dores dessas mães, esses grupos têm operado como uma aposta ético-estético-política, não apenas na coletivização, mas também na politização do sofrimento das perdas. Através do compartilhamento, essas mulheres percebem que seus lutos são distintos daqueles sofridos por mães que perderam filhos por outras causas. Conforme compartilham histórias e dores, começam a questionar a “naturalidade” imposta às mortes de seus filhos, problematizando as forças sociais e históricas que levaram às mortes precoces desses jovens. Elas percebem que, assim como elas, outras mães passam por dores semelhantes. Esse constante processo de transformação é uma das formas pelas quais o grupo atua como um dispositivo, conforme exposto por Benevides (1997). Sob essa perspectiva, o grupo transcende uma ordem molar, relativa à apreensão “dos objetos em seu estado já constituídos” (Benevides, 1997, p. 99), correspondendo também a um nível molecular, caracterizado não apenas pelas representações, mas também pelos fluxos, pelas transformações e processualidades.

Beatriz Nascimento (2018), historiadora e escritora negra, contribui com os modos de pensar engendrados a partir de formações coletivas como meios de aquilombar, pois elas acabam por configurar-se contemporaneamente como uma condição preeminente de manutenção da vida de pessoas subalternizadas. Nesse sentido, os aquilombamentos são compreendidos, portanto, como a criação de espaços de cuidado, tendo como uma de suas ferramentas a escuta sensível e

6 O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA do Ceará é uma organização que se volta à luta pelos direitos de crianças e adolescentes, atuando, principalmente, quando estes são violados pela ação ou omissão do poder público. Um dos seus eixos de atuação se volta ao acompanhamento de alguns grupos e/ou coletivos políticos, estando, dentre eles, os coletivos de mulheres participantes desta pesquisa (Assis, Barros, 2022).

implicada e o compartilhamento de vivências semelhantes, numa perspectiva dos modos criativos e insurgentes de re-existir. Assim, a formação coletiva das mães afirma-se como uma das maneiras possíveis de se aquilombar.

Ao compreendermos a realidade acompanhada a partir dos “modos de iluminação e de regimes discursivos” (Benevides, 1997, p. 100), pudemos perceber como operam os regimes de (in)visibilidade perversa, sobretudo quando, frente às mortes dos jovens, foi comum o questionamento acerca dos seus “envolvimentos” com atividades ilícitas ou a pressuposição da ausência de enlutamento (pois, para aquelas mães cujos filhos eram “envolvidos”, já deveria ser esperada sua morte). Nas palavras de Maria: “não há como uma mãe esperar a morte de um filho”. Esse ponto nos leva a questionar como essas mortes e esses sofrimentos são (in)visibilizados socialmente e como repercutem no silenciamento das dores do luto às mães. Os processos acompanhados não se apresentavam como um *continuum*, mas sim como uma série de rupturas e fissuras, como, por exemplo, a ruptura com a identidade pressuposta das “mães que apenas choram pelas mortes dos filhos” sem haver momentos de alegria e de descontração nos grupos e da “mãe de filho envolvido que já espera sua morte”.

“ESTAMOS SAINDO DA NOSSA ZONA DE CONFORTO PELO SANGUE DE NOSSOS FILHOS”: DESLOCAMENTOS DO “LUTO À LUTA”

Partindo dos processos de ruptura que as mães sofrem devido às mortes de seus filhos, destacam-se os modos pelos quais essas mulheres constroem, nos espaços de luta, outras linhas insurgencionais. As linhas de luta passam a adquirir, após a morte de seus filhos, uma posição enfática nas vidas e nos cotidianos delas. Muitas vezes, é na militância que essas mães conseguem tecer um modo de lidar com a ausência e o sofrimento advindo das perdas.

A constituição e inserção em espaços coletivos de luta, a exemplo dos movimentos sociais, pode possuir um relevante efeito terapêutico naqueles que os compõem (Hur, 2018a). Dessa forma, esses coletivos e seus processos autogestivos atuam como uma revolução molecular, um acontecimento em que pode ser dada a possibilidade da constituição de novos espaços de sociabilidade a partir de encontros micropolíticos e vinculação com outros corpos. Isso pode ser constatado nos relatos dessas mães.

Até antes, assim, da chacina, eu era uma pessoa que eu não era militante, pra iniciar logo, né, eu não entendia porque as pessoas... aliás, eu nem conhecia quem lutava

por justiça (...) Eu comecei a ir pra militância, lutar, buscar, é... justiça, e hoje tá perto, próximo de fazer 3 anos, estou na militância, lutando, para que os verdadeiros culpados sejam presos, condenados, como bandido que são (Felipa, 2018).

Felipa afirma, em seu relato, que a morte de seu filho e a desolação de viver com sua ausência, a dor do interrompimento das atividades cotidianas conjuntas mais simples (como fazer a sobremesa predileta dele e vê-lo sair para andar de skate), levam-na a se engajar politicamente com as temáticas dos direitos humanos e homicídios juvenis. Antes desse acontecimento, ela relatou viver uma vida "normal", narrando certo afastamento dos movimentos políticos, haja vista a centralidade que suas atividades cotidianas no emprego, no cuidado da casa e no cuidado com os dois filhos ocupavam. Sua vida se resumia a essas preocupações centrais, as quais demandavam toda sua atenção. A notícia do interrompimento da vida de seu filho a impulsionou à busca por justiça. Felipa, aos poucos, encontra na militância e no engajamento político uma forma de lidar com sua dor. O luto, conforme destacado por ela, vai sendo elaborado em luta por justiça:

Eu quase não me levantava, mais aí eu me levantei, com 3 meses depois, praticamente, eu me levantei, me ergui e disse "eu vou lutar pelo meu filho", porque esse meu filho, se tivesse sido ao contrário, se tivesse sido eu que tivesse morrido, ele ia lutar por justiça, por mim, então eu comecei a lutar, e lutar mesmo! Já viajei pro Rio de Janeiro 2 vezes, já viajei pra Bahia, pra lutar por justiça, certo? E é isso, enquanto eu tiver vida, enquanto eu tiver fôlego de vida, eu estarei lutando sim (Felipa, 2018).

Luiza, de modo semelhante, também passou a ver na luta uma forma de tecer novos sentidos para sua dor. Apesar de já compor o coletivo 'Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará' antes da morte de seu filho, haja vista que se inseriu no grupo a partir do momento em que seu filho passou a cumprir medida socioeducativa. Ela aponta também que a luta por justiça passa a dar um novo sentido a sua existência após a morte de seu filho.

Vale destacar que o sentido atribuído por essas mulheres à justiça não se confunde, muitas vezes, com uma percepção punitivista centrada na prisão e no julgamento dos responsáveis pelos assassinatos, mas se amplifica em reivindicações mais amplas para melhorias das condições de vida da juventude negra e pobre. Conforme se constata na fala de uma das componentes do coletivo "Mães do Curió": "A cada chacina, é como se o Estado tivesse matado o meu filho novamente"

(Diário de Campo, 2018). A dimensão necropolítica da colonialidade do cuidado (Passos, 2023), em suas atualizações no contexto de permanência do genocídio das juventudes negras e periféricas, intensifica o sofrimento dessas mães.

O reconhecimento por parte delas, aqui, de um âmbito coletivo de suas dores, aponta para questões macroestruturais que vitimam diversos jovens, devastando o cotidiano de muitos familiares. Essa percepção desindividualiza a dor e o processo de luto, redirecionando o investimento desejante para uma esfera comunitária, à medida que pauta as condições de vida dos jovens negros da periferia no intuito de prevenir que outras mães e outros familiares passem pelo mesmo sofrimento. Mediante a interdependência dos corpos (Butler, 2018), elas passam então, a criar possibilidades para uma vida em meio a tantos sofrimentos, violações e silenciamentos. Desse modo, os processos de luta não se dão apenas pelos filhos mortos, mas pela vida dos jovens ainda vivos, para que suas histórias não se repitam:

Nós temos 2 lutas, porque a gente não pode esquecer dos vivos, a gente não pode esquecer que só porque o meu filho morreu na Chacina do Curió, eu tenho que lutar só pelo meu filho, não! Eu tenho que lutar pelo filho da minha vizinha, que tá vivo, pelo outros [nome de jovem vitimado] que tá com a arma na cabeça, por outros [nome de jovem vitimado], então isso é que faz esse grupo crescer, é você lutar por outras vidas (Felipa, 2018).

Na processualidade aqui relatada, percebe-se que as mulheres mudaram o enfoque de suas lutas. Saindo de um lugar individual em suas reivindicações, centrada na justiça pela morte de seus filhos, para a problematização de questões estruturais que fazem operar sistematicamente o extermínio das juventudes negras e periféricas no País. Tornou-se evidente, nos múltiplos espaços e nas manifestações em que se encontravam, que essas mulheres não necessitam que outros falem por elas. Exemplo disso pôde ser visto na realização da VI Marcha da Periferia, cujo tema foi: “E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!”. Ao longo dos anos, a Marcha da Periferia se firmou como símbolo de luta e de enunciação de vidas invisíveis, dores silenciadas e direitos negados. A aliança se manifesta pela performatividade dos corpos, com cartazes, tambores, palavras de ordem e músicas de resistência, reafirmando suas existências e criando fissuras no cenário necropolítico.

As mães do ‘Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional’ seguravam faixas com as frases “Lute como uma mãe”; “Nossos meninos e meninas querem viver! Por um sistema socioeducativo que não torture, EDUQUE!”; e “Contra o extermínio da juventude pobre e negra”, denotando o caráter político de suas lutas.

Conforme aponta Spivak (2010), é importante, ao narrarmos essas formas de resistência, estarmos atentos para não cairmos na romantização destas (Ribeiro, 2017), evitando, assim, gerarmos o aprisionamento e a redução desses processos à beleza de se produzir vida em meio a tantas condições precárias.

As reflexões de Achinte (2017) se somam a essa discussão à medida que se entende que a romantização da dor e do lugar reativo da resistência podem ter efeitos pouco disruptivos à lógica colonial e necropolítica que produz esse sofrimento. Com o conceito de re-existência, compreende-se a dimensão fabulativa de outras existências descoloniais como uma construção sensível às realidades daqueles que as constroem. Nesse sentido, a partir do deslocamento de um lugar reativo para um lugar criativo que não nega as opressões, e em diálogo com as práticas de ruptura, constrói-se algo novo, o que se percebe no processo de construção de uma reivindicação coletiva por parte dessas mulheres. É no tecer das brechas, na construção daquilo que Hur (2018b) denomina de linhas de luta, que se pode viver, chorar a dor, lembrar a memória e construir outros sentidos, apesar do Brasil (Mombaça, 2021). Butler (2018), por sua vez, também reitera que a luta se dá não apenas pela sobrevivência, mas também por uma reivindicação mais ampla pelas condições de viver uma vida vivível, já que, para que se viva uma vida possível de ser vivida, é preciso, mais do que a mera sobrevivência, que se tenha condições de viver a própria vida.

Nesse bojo, os movimentos sociais exercem uma função importante, à medida que operam na construção de outros possíveis que façam frente ao individualismo resultante dos modos de governamentalização neoliberais, assumindo, portanto, papel subversivo ao produzirem agenciamentos coletivos baseados no aliançamento dos corpos. As resistências desses grupos se encontram não apenas na performatividade de seus corpos ao ocuparem as ruas e se manifestarem, mas na articulação micropolítica com outros movimentos e ocupação de outros espaços sociais como: atuação junto a organizações da sociedade civil, como o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP), e ações em mobilizações políticas por memória e justiça, como o Novembro de Lutas. O FPSP foi um dos territórios existenciais habitados ao longo da pesquisa e caracteriza-se como um espaço de grande potência e relevância por conectar os dois grupos de mães entre si e com outros coletivos.

Uma das dimensões interventivas da pesquisa envolveu a participação nas reuniões do FPSP para planejar as ações de novembro de 2019, especificamente na composição de uma das comissões de mobilização, junto com representantes das Mães do Curió e das Vozes do Sistema Socioeducativo e Prisional. Essa comissão se dedicou à criação de uma instalação/exposição sobre as principais chacinas ocor-

ridas no Ceará, a ser inaugurada em 2019⁷, com depoimentos de mães e familiares de vítimas. Esse convívio próximo foi essencial para evitar que essas mulheres fossem rotuladas de maneira caricaturada. Como apontado por Lima (2013), espera-se socialmente que as mães que perderam seus filhos correspondam à imagem de “*mater dolorosa*”, eternamente chorando pela morte dos filhos e entregando-se à tristeza e à solidão. No entanto, a convivência com essas mulheres revelou que suas forças e resistências não operam de maneira linear ou rígida, mas sim por meio de uma constante disputa, com sentimentos, aparentemente, contraditórios. Sobre isso, as mães afirmavam que, em alguns momentos, se sentiam frágeis ou com vontade de desistir da luta; em outros momentos, a lembrança dos filhos as preenchia, motivando-as à luta por justiça. De modo semelhante, destacavam momentos em que oscilavam entre rompantes de solidão e tristeza e momentos em que se sentiam alegres e fortalecidas pela companhia das outras mães dos coletivos. Para Luiza, após os assassinatos dos filhos “ninguém vive só ruim (...), fui conhecendo coisas boa que me tirou assim do foco do meu problema da minha vida por alguns dias e algumas horas, que já é muito bom (Luiza).

Percebe-se, nas narrativas dessas mães, não apenas a transformação do sofrimento em busca por justiça, mas também por *memória*, no intuito de que suas perdas não tenham se dado em vão, que se lembrem dos seus mortos e que, a partir disso, outras mortes sejam evitadas, conforme explicitado acima.

Grisales (2016) aponta a importância de ações e rituais de memória como uma maneira de fazer persistir a vida social das pessoas, mantendo a vivacidade das lembranças. Trazemos, aqui, “os usos políticos da memória – como resistência política nos espaços do cotidiano, do íntimo, do familiar ou do comunitário” (Grisales, 2016, p. 87) – realizados pelas mães em seus atos políticos, através seja de falas, seja de cartazes segurados nos atos, seja de marchas e manifestações. Segundo essas mães, em suas falas na VI Marcha da Periferia, “os filhos morreram, mas as mães ficaram” (Diário de Campo, 2018) para lembrar esses jovens em atos coletivos que mostram não só as indignações com suas perdas, mas que também os mantêm vivos na memória coletiva da cidade. Essa luta engloba também o processo *de se manter fortalecida* para permanecer na busca por justiça e memória:

A gente luta pra gente não ficar... como eu estou à frente dessa luta, eu tento muito é... sempre me alegrar de um jeito ou de outro porque eu sei que se eu

7 A exposição foi realizada em setembro de 2019, após a conclusão do estudo que origina este artigo. Ressalta-se que consistia na construção de memórias que resgatavam a humanização dos jovens assassinados, como memórias sobre as infâncias e os sonhos dos jovens.

cair numa depressão, se eu cair numa... num problema sério, quem vai ganhar é o Estado e a polícia militar (...) aí, eu não fui olhar pra esse lado e não fui me abater, eu fui lutar, fui lutar pra que isso não viesse mais acontecer (Felipa, 2018)

Vale destacar que a luta dessas mulheres não é apenas por *memória, justiça e fortalecimento de si diante* do assassinato dos filhos, mas também uma luta *contra processos que visam silenciá-las e apagá-las*, conforme apontam Ribeiro (2017) e Borges (2018), ao analisar diferentes condições e práticas que (re)produzem desigualdades e hierarquias estruturais e históricas em relação a mulheres subalternizadas. Acerca dos processos de silenciamento, apagamento e dominação do povo negro nas sociedades coloniais, Kilomba (2019) questiona quem pode falar, sobre o que se pode falar e o que ocorre quando se fala. Essa reflexão se faz relevante para pensarmos os processos de silenciamento agenciados pelo medo provocado por ameaças policiais e/ou pelo risco de perder outros filhos e pela legitimidade imposta socialmente ao assassinato dos filhos ao rotularem os jovens sob a ótica da suspeição que são vividos pelas mulheres deste estudo, em sua maioria negras e moradoras da periferia. Destaca-se que esses processos de silenciamento em muito se assemelham aos vividos por negros e negras nas sociedades coloniais.

A invisibilização da mulher negra, portanto, dá-se como um retrato da colonialidade e, ao falar sobre suas dores, suas perdas e lutas contra violações cotidianas de seus corpos-subjetividades (seus e de seus filhos), essas mulheres trazem à tona verdades indesejáveis, assim nomeadas pelo desconforto que causam ao tentarem se fazer ouvidas. Ao reivindicarem memória e justiça pelas mortes dos seus filhos, as mães denunciam as estruturas de poder que vilipendiam suas existências e insistem em relegar ao esquecimento o genocídio da juventude negra e periférica.

Desse modo, as falas dessas mulheres sobre suas dores, narrativas que recobrem de humanidade seus filhos mortos, são negadas, pois elas insistem em criar tensionamentos, ocasionando fissuras na estrutura colonial em que não cabem as versões do 'outro'. É preciso que os sujeitos do outro lado da fronteira possam ser capazes de ouvir essas vozes que ecoam, haja vista que "o ato de falar é uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e seus/suas interlocutores/as. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida" (Kilomba, 2019, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou retomar as estratégias coletivas de elaboração e transgressão da dor articuladas à reivindicação política e coletivização como

ferramenta de cura e reinvenção de si e suas histórias, atravessadas pela violência. Essas estratégias partilham de algo em comum, seja no trabalho, seja na igreja, seja nos coletivos políticos, seja nas redes extensas de apoio: essas mães resistem ao aniquilamento, às zonas de invisibilidade, ao silenciamento, ao isolamento e à precariedade maximizada induzida pelos assassinatos de seus filhos e pelos impactos disso em seus cotidianos por meio da aliança com outros corpos.

O sofrimento psicossocial decorrente dos homicídios juvenis afirma-se, pois, como um regime de morte. Matam-se diretamente os filhos para que se faça morrer, indiretamente, suas mães e familiares. O prisma interseccional de análise nos foi importante em tal discussão, uma vez que, em suas condições de gênero, classe e raça, essas mulheres vivenciam diferentes formas de precarização da vida e de sofrimento psicossocial.

A fim de pensar os processos de resistência vividos por essas mães para além de um prisma individualizante, faz-se uso das contribuições de Butler (2018) quando ela mostra que se resiste à precariedade e a uma vida ruim, injusta e desigual, sempre com outros, através da construção de alianças coletivas entre os corpos-subjetividades. Além disso, as reflexões de González (2020) resgatam a subversão política e coletiva aos modos de sujeição que aniquilam os corpos das mulheres, como ferramentas potentes para outras vidas. As alianças com outros corpos se apresentam como estratégias de seguir vivendo para além da atualização da violência e da revitimização dessas mulheres, cenários que imperam os ideais neoliberais de autorresponsabilização os quais corroboram os processos de culpabilização das mães pelas condições em que vivem e pelas mortes de seus filhos.

Há uma dimensão política das dores que transcende a individualização do luto e leva essas mulheres a perceberem as implicações das questões macropolíticas nas vidas e mortes de seus filhos, tal como as mulheres dos contos de Evaristo (2014), que vivenciam cotidianos de dor, tecendo a vida com fios de ferro emprestados umas das outras, estas mães e mulheres emprestam umas às outras forças necessárias para prosseguir suas vidas em cenários marcados pela dor.

Se, como dissemos anteriormente, o que há de comum entre essas diferentes estratégias de enfrentamento e resistência é a aliança com outros corpos, há em voga uma noção descentralizada de sujeito, renovada na aliança dos corpos e na transformação pelo coletivo. Desse modo, a luta, aqui, implica a politização da “união pela dor” evocada por essas perdas, constituindo, portanto, o processo de desindividualização e coletivização destas, ainda que não necessariamente implique a participação direta dessas mulheres em movimentos organizados.

O Estado, envolto pelas dinâmicas colonial, patriarcal e racista, opera políticas de morte pelo desinvestimento em políticas públicas de prevenção ao genocídio da juventude negra e assistência/cuidado para as mães e familiares das vítimas, bem como pelo uso de diversas tecnologias de silenciamento do sofrimento dessas mulheres, que vão da desqualificação de seu sofrimento ao uso de medicamentos psicotrópicos com vistas ao assujeitamento das existências tidas como passíveis de extermínio. Sendo assim, se as operações necropolíticas “combinam de matar” (Evaristo, 2014) os filhos e, indiretamente, essas mães, essas mesmas mães, por meio de seus coletivos e de suas lutas, tecem outros caminhos para “combinar de não morrer” e, também, de não permitir que a memória de seus filhos morra.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Albán Achinte (2017). *Prácticas creativas de re-existencia: Más allá del arte... El mundo de sensible* (1ª ed.). Buenos Aires: Del Signo.
- ADRIÃO, Karla Galvão et al (2020). Trabalho com grupos em psicologia: Perspectiva feminista antirracista e contracolonial. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 197–208. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/3205> (acesso em 10/10/2024)
- AKOTIRENE, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro.
- ALMEIDA-SEGUNDO, Damião Soares et al. (2020). Homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 72, n. 3, p. 50–66. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i3p.50-66>
- ASSIS, Patrícia Marciano; BARROS, João Paulo Pereira (2022). Grupos de mulheres, mães e familiares contra a violência: Cartografia de suas movimentações na cidade de Fortaleza/Ceará. *Mnemosine*, v. 18, n. 1, p. 42–64. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.66382>
- BARROS, João Paulo Pereira et al. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: Expressões necropolíticas no Ceará. *Revista de Psicologia Política*, v. 19, n. 46, p. 475–488. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008 (acesso em 10/10/2024)
- BARROS, Regina Benevides (1997). Dispositivos em ação: O grupo. *Cadernos de Subjetividade*, v. 1, n. 1, p. 97–106.
- BORGES, Juliana (2018). *O que é encarceramento em massa?* Minas Gerais: Letramento Editora e Livraria LTDA.
- BUTLER, Judith (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BUTLER, Judith (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAVALCANTE, Laisa Forte et al (2022). Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, v. 5, p. 27–44. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/243> (acesso em 10/10/2024).
- CERQUEIRA, Daniel et al (2017). *Atlas da violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA. (2019). *Cada vida importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* [online]. Fortaleza. https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf (acesso em 08/07/2024)
- COSTA, Érica Atem Gonçalves de Araújo; MOURA JUNIOR, James Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira (2020). Pesquisar n(as) margens: Especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, Elder; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes (Orgs.), *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. Teresina: EDUFPI, p. 13–31.
- COSTA, Aldemar Ferreira et al. (2024). Experiências juvenis periferizadas sobre gênero e raça: Problematizações a partir das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 20, p. 78–100. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i20.57606>
- DAS, Veena (2011). O ato de testemunhar: Violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 9–41. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>.
- EVARISTO, Conceição (2014). *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional.
- GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia (2019). Violências e instituição maternidade: Uma reflexão feminista decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe2. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>
- GONZALEZ, Lélia (2020). *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GRISALES, Sandra Patricia Arenas (2016). Fazer visíveis as perdas: Morte, memória e cultura material. *Tempo Social*, v. 28, n. 1, p. 85–104. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.106009>.
- HUR, Domenico Uhng (2018a). Psicologia, esquizoanálise e biopolítica: Sofrimento psicossocial e transformação. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando; RESENDE, Maria do Rosário Silva (Eds.), *Psicologia e transformação: Intervenções e debates contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, p. 262–280.

- HUR, Domenico Uhng (2018b). Movimentos sociais nômades. In: HUR, Domenico Uhng (Ed.), *Psicologia, política e esquizanalise*. Campinas: Alínea, p. 167–184.
- KILOMBA, Grada (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- LIMA, Anna Georgea Franco Feitosa Mayer de Araújo (2013). *Rituais da dor: Uma análise do grupo mães na dor de João Pessoa (PB)* (Dissertação de Mestrado). Paraíba: Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.
- MELO, Doriam Luis Borges; CANO, Ignácio (Orgs.). (2017). *Índice de homicídios na adolescência (IHA) 2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo Pimentel (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: Narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane Paris et al (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 274–294.
- MOMBACA, Jota (2021). *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- NASCIMENTO, Beatriz (2018). Historiografia do quilombo. In: NASCIMENTO, M. B. (Ed.), *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, p. 125–149.
- NASCIMENTO, Beatriz (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PAIVA, Luiz Fábio; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga (2019). Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33, p. 73–98. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109> (acesso em 10/10/2024).
- PASSOS, Rachel Gouveia (2023). *Na mira do fuzil: A saúde mental de mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (2016). *Pistas do método da cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina.
- RIBEIRO, Djamila (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- RODRIGUES, Jéssica Silva (2019). *Testemunhas da necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE
- TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: revista de Psicologia*, v. 25, p. 299–322, 2013.